

A avaliação no Ensino Secundário

A avaliação das aprendizagens é um aspecto fundamental do ensino. Não só é preciso que o professor saiba quais as competências que o estudante já possui, como precisa de conhecer quais os aspectos em que o estudante ainda não está à vontade para, oportunamente, poder voltar ao assunto. Em Portugal a avaliação reduz-se praticamente aos testes (2 ou 3 por período escolar) e não me parece que tal tenha vindo a produzir resultados positivos.

O primeiro defeito do actual sistema de testes é que, como são realizados concentrados em 2 ou 3 semanas com intervalos curtos entre si, os estudantes só estudam a pensar no teste seguinte, até porque não têm tempo para mais. Assim, nesse período de 2 ou 3 semanas, cada estudante só estuda cada disciplina durante o curto período que decorre desde o teste anterior até ao dia do respectivo teste; no resto do tempo a matéria dada pelo professor nessa disciplina acumula-se e os eventuais trabalhos de casa ficam por fazer. E como os testes é que "contam", quando não há testes, os estudantes acham que já não precisam de estudar.

O peso quase esmagador dado aos testes nas classificações periódicas desvaloriza completamente a participação activa na aula e os trabalhos de casa (feitos em casa ou feitos na escola nalguma sala de estudo); esses trabalhos (que podem ser leituras, resumos, actividades, experiências, problemas ou exercícios) normalmente alertam o estudante ou o professor para uma dificuldade não esperada: detectada esta, facilmente se incorpora na planificação algo que a enfrente. Ao contrário, os testes escritos de tempo limitado, como não podem ser realizados com muita frequência por causa do pesado processo de correcção, só permitem detectar dificuldades quando já não há tempo para as remediar.

Os testes escritos muitas vezes colocam em jogo um número muito limitado de competências, pelo que a preparação para o teste se faz facilmente com um livro de resumos, umas revisões orientadas por alguém "com experiência" ou com uma simples memorização com "cola" de última hora. Nada que promova grandes aprendizagens; e as boas notas até aparecem, mas os fracassos ficam adormecidos e atacam quando já nada há a fazer.

Há quem atribua a situação actual de testes quase omnipresentes ao facto de os alunos se terem de preparar para um exame nacional que decidirá o seu futuro. É verdade que no Ensino Secundário existem provas nacionais desde 1977, imprescindíveis para entrar no Ensino Superior. Mas, por um lado, estas nunca contam 100% da nota do aluno (ao contrário de outros países, como Espanha, França ou Brasil). E, por outro lado, os exames nacionais (pelo menos os de Matemática) fazem apelo a um leque tão alargado de competências que ninguém minimamente dentro do assunto pode defender que a preparação para o exame se possa fazer com "malabarismos" de última hora!

Mas mais: no 2º e 3º ciclos, onde até há pouco não havia exames nacionais, nem sequer exames de aferição, a tradição dos 2 ou 3 testes por período já estava completamente enraizada. Devemos pois concluir que a existência dos testes é uma tradição tão antiga que parece não ser concebível um sistema que os não tenha. Mas não, até nos Estados Unidos, no Ensino Superior, é dada muita importância ao trabalho regular do aluno através de trabalhos de casa e pequenas provas ("quizzes") feitas todas as semanas. E hoje, já nem é defensável usar testes redutores quando o próprio Ensino Superior se orienta pelo decreto-lei dito "de Bolonha" que advoga "a passagem de um ensino baseado na transmissão de conhecimentos para um ensino baseado no desenvolvimento de competências" tais como "capacidade de resolução de problemas" ou "que lhes permitam comunicar informação, ideias, problemas e soluções".

Não há pois razão para atribuir aos testes tradicionais um peso superior a 40, 50 ou 60%. E não há lugar a uma ditadura dos exames quando estes são bem feitos. Há é a ditadura da rotina escolar. Abaixo a rotina!